

ra - Abbraceel



Bernardo Sicsú - Abbraceel



15 inch HP Laptop's iPhone



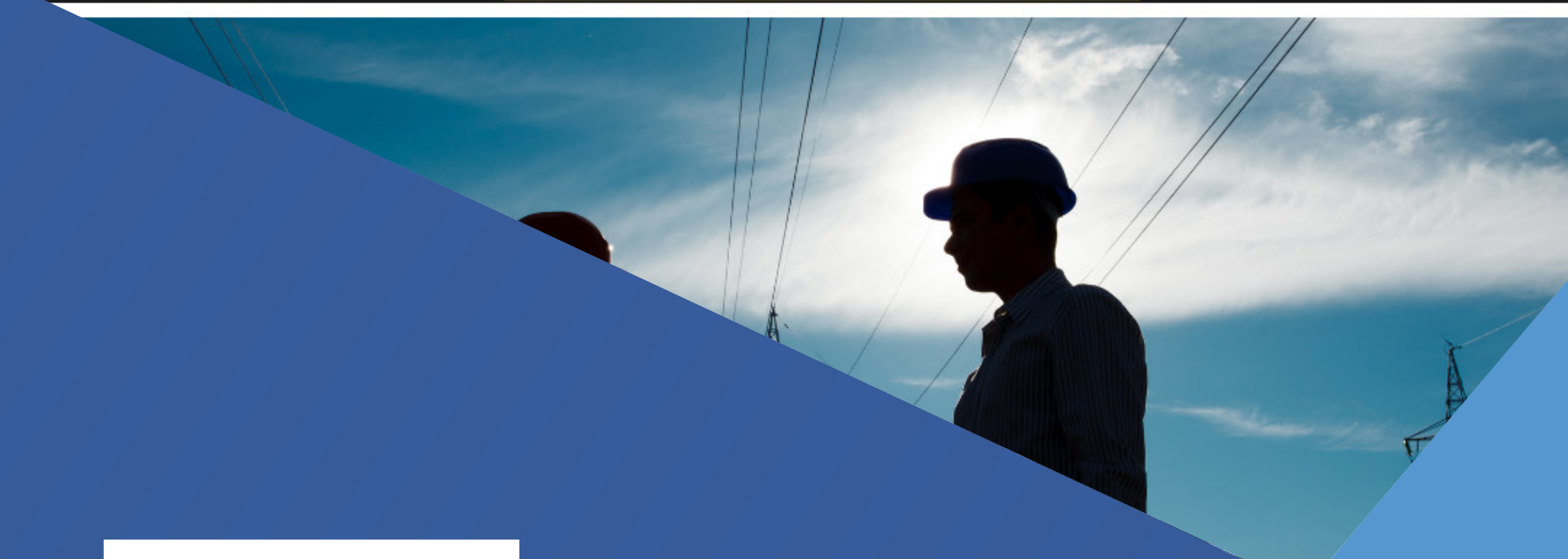
os, Conselho



FRED



Alexandre Lopes | ABRACEEL



08 A 12 DE JANEIRO

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!

Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

3

Arthur Cerqueira é o novo Secretário-Executivo do MME

4

Abraceel atua para garantir CCERs com prazo indeterminado ainda este ano

6

Indicadores: Período Sombra

7

Abraceel na Mídia

8

Curtas

10

E o Congresso?

11

Próxima Semana

Arthur Cerqueira é o novo Secretário-Executivo do MME

Matéria em 1 minuto:

- Efrain Cruz foi exonerado do cargo, que exercia desde março de 2023;
- Advogado da União, e até então consultor jurídico do próprio MME, Arthur Cerqueira foi nomeado como seu sucessor;
- Cerqueira tem experiência em cargos jurídicos nos Ministérios dos Transportes, das Cidades e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, os dois últimos durante a gestão do atual presidente do PSD Gilberto Kassab;
- O novo O2 do MME também foi ex-consultor-geral da União e é o atual presidente do Conselho de Administração da Pré-Sal Petróleo S.A., além de membro do Comitê de Pessoas da Petrobras.

No dia 11.01, o Presidente da República emitiu decreto pelo qual exonera Efrain Cruz do cargo de Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia e nomeia Arthur Cerqueira como seu sucessor.

Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, Valerio é Advogado da União e era, até então, consultor jurídico do próprio MME. Desempenhou funções na Esplanada como consultor jurídico nos Ministérios dos Transportes, das Cidades e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, esses dois últimos no período sob gestão do atual presidente do PSD, Gilberto Kassab.

Ex-consultor-geral da União na AGU e com passagem por diferentes governos, Cerqueira foi chefe de gabinete do Procurador-Geral da União e indicado na lista tríplice dos nomes enviados à Presidência da República para ocupar a Advocacia-Geral da União.

O novo secretário-executivo do MME é o atual presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. (PPSA) e membro ativo do Comitê de Pessoas da Petrobras e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Acesse [aqui](#) a íntegra do decreto.



Abraceel atua para garantir CCERs com prazo indeterminado ainda este ano

Matéria em 1 minuto:

- Chegou ao conhecimento da Abraceel que algumas distribuidoras renovam o CCER seis meses antes do fim da sua vigência, o que posterga a obtenção dos novos contratos com prazo indeterminado;
- A Abraceel entende que não há respaldo contratual ou regulatório para essa renovação antecipada, que só deve ser realizada no dia subsequente ao fim da vigência para não atrasar ainda mais o direito de escolha do consumidor;
- Após ter recebido contribuições das associadas à minuta de carta, a Abraceel encaminhou o documento à Aneel pedindo seu posicionamento.

Na semana passada, após relato de um caso concreto, a Abraceel enviou às associadas minuta de carta a ser encaminhada para a Aneel sobre a prática da renovação precoce dos Contratos de Compra de Energia Regulados (CCER) pelas distribuidoras, o que postergaria o início dos CCERs com prazo de vigência indeterminado.

A Abraceel tomou conhecimento de que é prática de algumas distribuidoras renovarem o CCER seis meses antes do fim da sua vigência, apesar de não haver previsão contratual ou normativa para isso.

Essa conduta pode retardar os efeitos pretendidos da recém aprovada regulamentação da Aneel, a REN 1081/2023, que estipulou que os CCERs existentes terão prazo indeterminado a partir da próxima renovação, e assim postergar o direito de escolha do consumidor.

No entendimento da Abraceel, o que deve ocorrer em até 180 dias antes do término da vigência do CCER é a manifestação de denúncia desse, caso seja interesse do consumidor, em conformidade com a REN 1000/2021, que estabelece o prazo mínimo para tal. Sendo assim, a renovação efetiva do CCER só deveria ocorrer no dia subsequente ao fim da sua vigência (D+1), quando o novo CCER com prazo indeterminado passa a vigorar.

Para a Abraceel, não há embasamento regulatório para a prática da renovação seis meses antes do término do prazo contratual e a interpretação aplicada por algumas distribuidoras de que as renovações de contratos que se encerram, por exemplo, no primeiro semestre de 2024 já aconteceram, pode postergar em um ano a alteração aprovada pelo regulador, prejudicando o processo de migração.

Considerando que episódios sobre essa prática já foram relatados à Abraceel, a Associação entende que um posicionamento da Aneel esclarecendo sobre as renovações dos CCERs poderia extinguir eventuais interpretações divergentes quanto aos prazos para migração do consumidor.

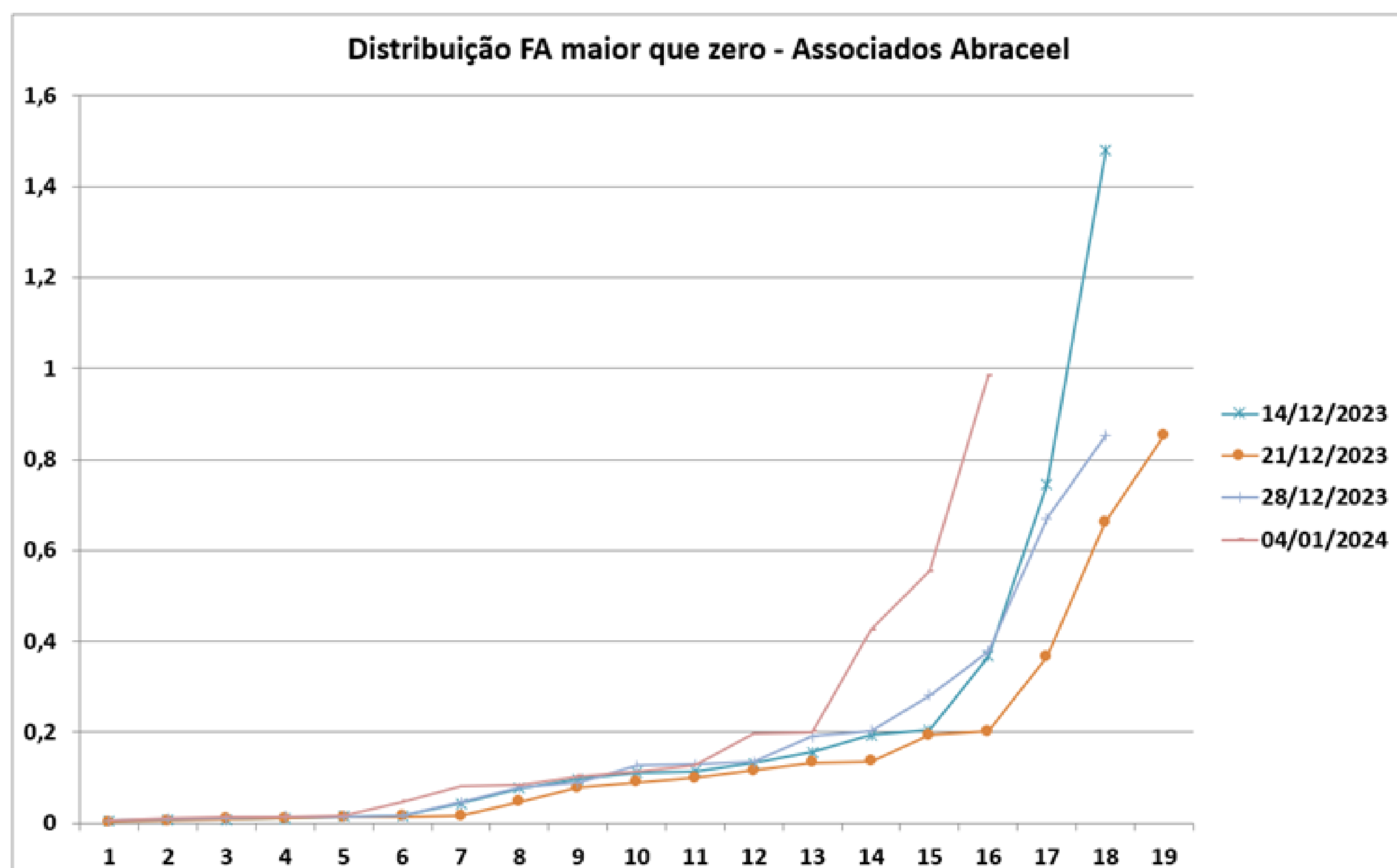
Após a consideração das alterações sugeridas pelas associadas, a Abraceel encaminhou o texto à Aneel. A carta enviada pode ser encontrada [aqui](#).

PERÍODO SOMBRA
MONITORAMENTO DE MERCADO

Indicadores para acompanhamento do período sombra de monitoramento

Nível de Participação	04.01
Associadas Abraceel	99%
Comercializadoras	88%
Autoprodutor	95%
Gerador	87%
Produtor Independente	96%
Consumidor Livre	97%
Consumidor Especial	96%

Associadas Abraceel	04.01
Não Enviaram	1%
PL negativo	3%
FA zero	81%
FA maior que zero	15%
Média FA (maior que zero)	0,1862
Média FA	0,03
Desvio Padrão	0,12



ABRACEEL NA MÍDIA

Editorial: Mercado livre de energia.

Fonte: O Estado - CE

[Acesse aqui](#)

Mercado livre de energia tem potencial de atrair 4,5 mil empresas no Ceará em 2024

Fonte: O Povo - CE

[Acesse aqui](#)



CURTAS

Abraceel não contribuirá na TS 18 da Aneel sobre comercialização de MMGD

Após a discussão do Grupo Técnico da Abraceel ter sido inconclusiva e seguindo orientações do Conselho de Administração, a Abraceel não irá se manifestar na Tomada de Subsídios 18/23 da Aneel que versa sobre a comercialização de Mini e Micro Geração Distribuída (MMGD).

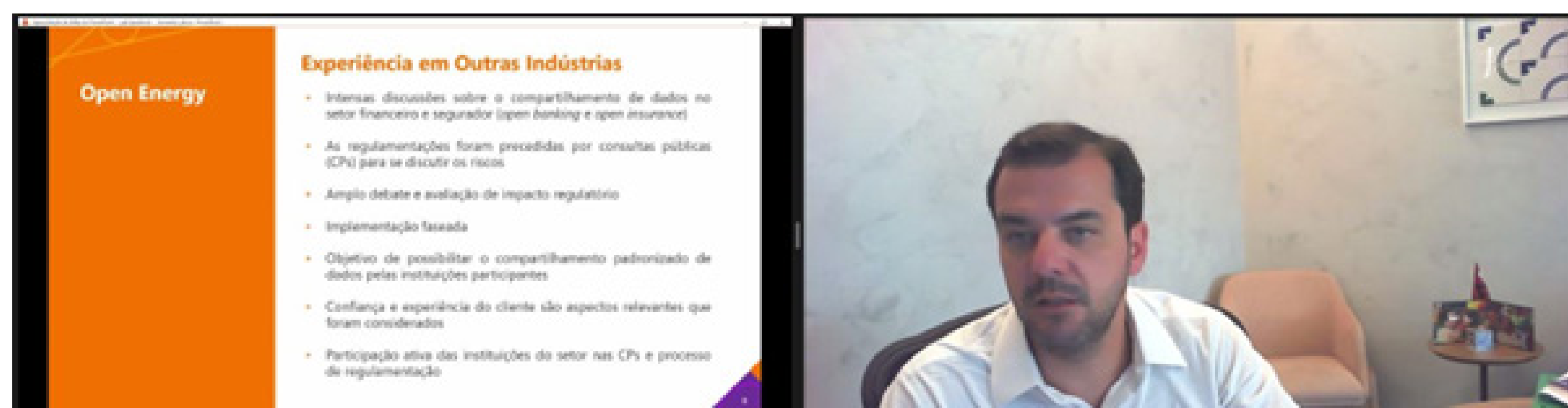
ONS lança canal de WhatsApp

O ONS lançou no dia 08.01 um canal no WhatsApp com o objetivo de compartilhar com a sociedade, de forma ágil, notícias e informações produzidas pela instituição. No canal, que passa a ser fonte oficial de notícias do Operador, estarão disponíveis atualizações, boletins e informações a respeito da sua atuação. Para ter acesso ao serviço, os interessados devem começar a seguir o canal no [link](#).

Safira leva discussão sobre a formação de preços para a Abraceel

No dia 09.01, a Abraceel reuniu-se com representantes da Safira para discutir questões sobre a formação de preço. Na reunião, a associada levantou o ponto de que o Dessem não estava apresentando convergência em situações de carga líquida elevada, levando ao acionamento da contingência, com consequências que levam a um maior descolamento entre o planejamento e a operação. Em resposta, a Abraceel afirmou que o mesmo problema havia sido relatado por outras associadas e que já houve uma reunião com o ONS sobre o tema, mas ressaltou que a flexibilização de restrições e decisões no pós-Dessem são feitas de acordo com a discricionariedade dos técnicos do ONS. Os representantes da Safira então destacaram a importância de haver maior clareza sobre a flexibilização de restrições, com procedimentos e regras claras, para que situações similares não ensejem medidas diferentes. A Abraceel irá estudar o tema internamente para direcionar o assunto.

Abraceel e Mattos Filho discutem Open Energy



No dia 09.01, a Abraceel conversou com o advogado Thiago Sombra, do escritório Mattos Filho, sobre o Open Energy. Durante o encontro, Thiago apresentou o trabalho desenvolvido pelo escritório para a Equatorial, abordando questões como o modelo de governança, a aplicação da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), o compartilhamento de informações com

o setor público e o envolvimento da ANPD e Aneel no contexto do Open Energy. O advogado ressaltou que experiências anteriores em outras indústrias, como o open banking e o open insurance, foram precedidas por consultas públicas para discutir os riscos e ampliar o debate, destacando a importância da avaliação do impacto regulatório e pertinência da participação ativa das entidades para o progresso nessa área. Da sua parte, a Abraceel informou que a Aneel abordou o tema durante a CP 28/2023, que trata da comercialização varejista, e explicou que a ideia é que os dados dos consumidores varejistas sejam centralizados na CCEE para facilitar seu compartilhamento. A Associação também expressou o desejo de expandir essa discussão para os consumidores potencialmente livres, no escopo da segunda etapa da Consulta Pública, de forma a permitir que o consumidor possa escolher o fornecedor de energia que melhor o atenda. Por fim, a Abraceel ressaltou que o tema também foi bem recebido pelo formulador de política pública, que o inseriu no escopo das discussões da renovação das concessões de distribuição, ainda que existam resistências naturais desse processo que busca valorizar o maior protagonismo do consumidor e a competição isonômica de mercado.

Está acabando o prazo para responder a Pesquisa de Avaliação da Abraceel - respostas até 19.01.2024

A Abraceel enviou e-mail aos representantes com o [link de acesso](#) para que as associadas tenham oportunidade de responder a tradicional pesquisa de satisfação, pela qual é possível avaliar o desempenho da Associação em 2023 em diversas áreas e atividades. A participação das associadas é relevante para que seja possível aprimorar o nosso trabalho. O questionário demora menos de dois minutos para ser preenchido e as respostas, uma por empresa, são sigilosas e poderão ser feitas até 19.01, próxima sexta-feira.

Abraceel e Edvaldo Santana discutem agenda do mercado

Dia 09.01, a Abraceel realizou reunião com o consultor, professor e ex-Diretor da Aneel Edvaldo Santana para discutir a agenda do mercado de energia.

Abraceel e Luiz Maurer discutem abertura do mercado de energia



No dia 10.01, a Abraceel reuniu-se com Luiz Maurer, ex-presidente do Conselho da Associação, e o conselheiro Reginaldo Medeiros para discutir o mercado livre de energia, com foco para a abertura do mercado e subsídios do setor elétrico.



Em semana marcada por solenidade sobre um ano do dia 08 de janeiro de 2023 e nomeação de Ricardo Lewandowski como Ministro da Justiça e Segurança Pública, o destaque para o setor de energia ficou por conta da mudança na Secretaria-Executiva do MME (objeto de matéria neste relatório) e sanção da lei sobre debêntures de infraestrutura. Atenção também para a relação de força entre os poderes, com o Congresso adiando a tomada de decisão sobre a MP da reoneração da folha de pagamento, e sinalização do Ministro Silveira de que o Governo será rigoroso em proteger os consumidores regulados, que pode ser objeto de MP.

Sancionada, sem vetos, lei sobre debêntures de infraestrutura – o presidente Lula sancionou a Lei 14.801, de 2024, que dispõe sobre as debêntures de infraestrutura. Apesar da expectativa de possíveis vetos que pudessem desconfigurar a matéria, o texto foi sancionado integralmente, criando novas modalidades para a emissão desses títulos, o que deve impulsionar novos investimentos em infraestrutura, inclusive energia, que terão mais uma fonte de recursos para financiamento. A Abraceel assinou manifestos em conjunto com outras associações, inclusive o FASE, agradecendo trabalho dos deputados João Maia (PP-RN) e Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) na condução da aprovação da matéria. Veja mais [aqui](#).

Pacheco adia tomada de decisão sobre MP da reoneração – o governo encaminhou no final de 2023 a Medida Provisória 1202, que pretende reonerar a folha de pagamento de alguns setores da economia. A medida vai de encontro a decisões tomadas pelo próprio Congresso Nacional, que optou por manter a desoneração dos setores e acabou criando um impasse sobre o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco, em relação ao trâmite da matéria. Algumas lideranças partidárias são favoráveis à devolução da matéria, o que significaria rejeitar a MP e isso poderia criar uma tensão com o Executivo. Vale destacar que o Senado Federal tem sido um grande aliado do Presidente Lula para retardar o avanço de matérias contrárias ao governo.

Silveira diz que questão tarifária é o grande desafio do MME – Em sua primeira agenda de 2024, o Ministro Alexandre Silveira destacou que o governo focará na proteção dos consumidores do mercado regulado. Segundo ele, o mercado livre está relacionado ao problema, pois contribui para o aumento da CDE, cujos custos, na sua visão, são arcados em grande parte pelo mercado cativo. O Ministro tem falado sobre a possibilidade de publicação de uma série de medidas provisórias para tratar de questões do setor elétrico, como o aumento da tarifa do Amapá, cuja solução seria usando recursos aportados pela Eletrobras na CDE. Leia mais [aqui](#).

PRÓXIMA SEMANA

15.01 - Segunda-feira: Abraceel se reúne com Roberto Miller, da Câmara Ciesp/Fiesp, para discutir sobre a arbitragem no setor elétrico, às 15h;

Abraceel se reúne com a associada Serena para discutir sobre estudos para abertura da baixa tensão, às 16h;

17.01 - Quarta-feira: Grupo Técnico se reúne para discutir o tratamento do comercializador varejista no monitoramento prudencial, às 15h;